Ano XI - Nº 4.665

Quinta-feira, 17 de Dezembro de 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Foto: Reginaldo Ipê




# Com transmissão pela TV, Câmara faz primeiro debate do PDDU

## Quem se interessar em contribuir com o tema deve acessar o Portal da Transparência e fazer suas considerações

"Iniciamos hoje (quarta-feira) um processo com muito debate e total transparência e, neste sentido, tomamos os cuidados para o bom andamento da discussão, assegurando a legitimidade do processo, ouvindo primeiramente a população e depois os vereadores", destacou o vereador Paulo Câmara (PSDB), presidente do Legislativo. A primeira audiência pública do PDDU, de uma série de 16, foi transmitida ao vivo pela TV Câmara – canal aberto 61.4; no canal fechado da operadora SIM, canal 10; e no Portal Transparência (www.cms.ba.gov.br). **Leia mais nas páginas 3 e 4**

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR
Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

**Presidente:**
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

**1º Vice-Presidente:**
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

**2º Vice-Presidente:**
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

**3º Vice-Presidente:**
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

**1º Secretário:**
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

**2º Secretário:**
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

**3º Secretário:**
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

**4º Secretário:**
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

**Corregedor-Geral:**
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

**Ouvidor-Geral:**
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

**Ouvidora-Substituta:**
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

**Secretaria de Comunicação**

**Secretária-Chefe**
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
**www.cms.ba.gov.br**
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com




www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

# Fotógrafo Anízio Carvalho condecorado pela Câmara

***Sessão proposta pela vereadora Aladilce Souza homenageará os repórteres fotográficos***

Eternizar momentos e histórias através das imagens é uma qualidade do repórter fotográfico. Ele também é um profissional que trabalha em função de complementar e aprofundar a notícia. Diante da importância da atividade, a vereadora Aladilce Souza (PCdoB) promoverá sessão especial para reconhecimento do papel do repórter fotográfico no dia 18 de dezembro, às 9h, no Plenário Cosme de Farias da Câmara Municipal de Salvador.

A categoria será homenageada na pessoa de Anízio Carvalho, 85 anos, fotógrafo responsável por um acervo com mais de seis mil negativos que revelam os últimos 60 anos da história da Bahia.

"Para mim, essa oportunidade é maravilhosa, só tenho a agradecer. Quando vim pra Salvador, aos 14 anos, trabalhei como empregado doméstico e de lá saí para o Jornal da Bahia, que ajudei a fundar. Passei por muitas dificuldades, mas sempre levantei a cabeça e disse: vou vencer! Cumpri com a minha obrigação com a profissão que escolhi e amo. Não tenho como agradecer essa oportunidade à vereadora Aladilce", declarou o homenageado Anízio Carvalho.

Foto: Assessoria da vereadora



*O fotógrafo Anízio Carvalho mostra parte do seu acervo à vereadora Aladilce*

Participarão do evento entidades da imprensa baiana, como a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), o Sindicato dos Jornalistas (Sinjorba) e a Associação dos Repórteres Fotográficas e Cinematográficos (Aforc).

## Anízio Carvalho

Nascido em Conceição de Feira, Anízio veio para Salvador ainda criança, na década de 40, para trabalhar na casa da família Rosenberg, clã tradicional na área de fotografia e filmagem. Foi aí que aprendeu a fotografar. Em 1957 foi contratado pelo Jornal da Bahia para integrar a equipe do periódico, assumindo a chefia do departamento fotográfico. Atualmente, fotografa por prazer e é aposentado pelo governo estadual.

# Vereador critica deputados que votaram a favor de Cunha

***Segundo Suíca, parlamentares baianos devem explicação à sociedade***

O vereador Luiz Carlos Suíca (PT) criticou o posicionamento dos três deputados federais baianos que votaram a favor do presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Com 11 votos a 9, o Conselho de Ética aprovou a continuidade do processo contra o presidente da Câmara.

Segundo Suíca, dos quatro deputados baianos que integram o colegiado com direito a voto - o presidente da Comissão de Ética, deputado José Carlos Araújo não vota – três votaram contra a continuidade do processo contra o peemedebista. Foram eles: Cacá Leão (PP); Erivelton Santana (PSC); e João Carlos Bacelar (PR), que assumiu a suplência no lugar do titular Sérgio Brito (PSD).

Foto: Reginaldo Ipê



*Vereador Luiz Carlos Suíca*

"Os deputados federais baianos que votaram pelo adiamento estão na contramão dos interesses da população. Ao defender um político comprovadamente corrupto, e que mentiu para todo o país, eles devem explicações para à sociedade. A Polícia Federal tem feito o papel dela e a Justiça tem que alcançar todos que estão à margem da lei", afirmou Suíca.

Ainda de acordo com o vereador, o único parlamentar baiano que votou pela continuação do processo que pode cassar o presidente da Câmara por quebra de decoro, foi o deputado federal Paulo Azi (DEM).

# Câmara inicia debate do PDDU

***Audiência pública no Centro de Cultura foi transmitida ao vivo pela emissora do Legislativo Municipal***

Com transmissão ao vivo pela TV Câmara – canal aberto 61.4; no canal fechado da operadora SIM, canal 10; e no Portal Transparência (www.cms.ba.gov.br) – , o Legislativo Municipal iniciou o debate do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) com a sociedade, na manhã de quarta-feira (16), no Centro de Cultura. A primeira audiência pública, de uma série de 16, foi dirigida pelo presidente da Casa, vereador Paulo Câmara (PSDB). Conforme o cronograma, a próxima discussão foi agendada para o dia 19 de fevereiro de 2016, no mesmo local.

"Iniciamos hoje um processo com muito debate e total transparência e, neste sentido, tomamos os cuidados para o bom andamento da discussão, assegurando a legitimidade do processo, ouvindo primeiramente a população e depois os vereadores", destacou o presidente Paulo Câmara.

Sobre o processo de discussão do PDDU por meio das audiências públicas e também a apresentação de emendas, informou que a Câmara realizará audiências devolutivas focando as propostas e sugestões. Frisou ainda que as emendas poderão ser apresentadas em plenário e também no Centro de Cultura, local de todos os debates.

Fotos: Reginaldo Ipê




*Vereador Paulo Câmara dirigiu o debate com a sociedade*

Ressaltou a transmissão ao vivo da audiência pública pela TV Câmara e Portal Transparência, assegurando transparência e legitimidade. A objetividade da discussão também foi assinalada pelo presidente Paulo Câmara. Todas as falas foram traduzidas para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

## Contraditório

Os vereadores Aladilce Souza (PCdoB), Hilton Coelho (PSOL) e Gilmar Santiago (PT) questionaram a realização do debate indicando questão de ordem. Para Aladilce, a audiência não deveria ser contabilizada por conta da paralisação dos rodoviários de Salvador, que interromperam os trabalhos até às 8h. Hilton, por sua vez, pediu a anulação da audiência, entendendo que a discussão inicial deveria ser do regimento. Gilmar sugeriu uma nova metodologia de discussão, não concordando com a que estava sendo aplicada.

Após as ponderações dos vereadores, o presidente Paulo Câmara deu sequência ao debate com explanações do secretário de Urbanismo Silvio Pinheiro; da presidente da Fundação Mário Leal Ferreira, arquiteta Tânia Scofield; e do representante do Sindicato da Indústria da Construção do Estado da Bahia (Sinduscon), engenheiro Marcos Galindo.

Participaram da mesa de trabalho, ainda, os vereadores Arnando Lessa (PT), Geraldo Júnior (SD) e Leo Prates (DEM), a arquiteta e urbanista Lidia Santana (técnica da Comissão do PDDU na Câmara) e o representante do Conselho Municipal da Cidade, Eleomar Barbosa.

O próximo debate foi agendado para o dia 19 de fevereiro do ano que vem, após o recesso, a partir das 8h30, no Centro de Cultura da Câmara. Quem se interessar em contribuir com o debate sobre o PDDU deve acessar o Portal da Transparência e fazer suas considerações no banner azul frontal.



**CRONOGRAMA DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS PDDU**

| DATA | TEMAS |
|---|---|
| 16/12/2015 (quarta) | T1 - Fundamentos, Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Urbana |
| 19/02/2016 (sexta) | T2 - Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura |
| 23/02/2016 (terça) | T3 - Macrozoneamento/Vetores de Expansão/Instrumentos de Política Urbana |
| 25/02/2016 (quinta) | Devolutivas - Propostas e Sugestões |
| 27/02/2016 (sábado) | T4 - Zoneamento e Diretrizes para o Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo |
| 29/02/2016 (segunda) | T5 - Mobilidade e Centralidades Urbanas |
| 01/03/ 2016 (terça) | T6 - Meio Ambiente/SAVAM |
| 03/03/2016 (quinta) | Devolutivas - Propostas e Sugestões |
| 07/03/2016 (segunda) | Devolutivas - Propostas e Sugestões |
| 08/03/2016 (terça) | T7 - Infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos |
| 10/03/2016 (quinta) | T8 - Saúde |
| 12/03/2016 (sábado) | T9 - Educação |
| 15/03/2016 (terça) | T10 - Habitação |
| 17/03/2016 (quinta) | Devolutivas - Propostas e Sugestões |
| 31/03/2016 (quinta) | PL Final – Parte I |
| 05/04/2016 (terça) | PL Final – Parte II |
| 18/04/2016 (segunda) | CONSELHO MUNICIPAL |

Todas as audiências serão realizadas no Centro de Cultura da Câmara Municipal, das 8h30 às 13h.

CENTRO DE CULTURA DA CÂMARA
(PRAÇA THOMÉ DE SOUZA, S/Nº).

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

# Sociedade civil participa do primeiro debate sobre o PDDU

***Mais de 50 representantes de entidades contribuíram para o aprimoramento do Plano Diretor***

A participação popular marcou a primeira audiência pública realizada pela Câmara Municipal de Salvador para debater o Projeto de Lei nº 396/2015, que trata do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) da capital baiana. Mais de 50 representantes da sociedade civil organizada se inscreveram para contribuir com sugestões e críticas que podem ser incorporadas ao projeto enviado pelo Poder Executivo soteropolitano, nesta quarta-feira (16), no auditório do Centro de Cultura do Poder Legislativo.

Fotos: Reginaldo Ipê




O tema da primeira audiência foi "Fundamentos, Princípios, Objetivos e Diretrizes da Política Urbana do Projeto de Lei nº 396/2015".



O professor Mozart Santos Estrela questionou o que considera "falta de clareza" do projeto no que tange aos prazos e metas estabelecidos pelo PDDU.

"Ao analisar o Plano Diretor proposto, senti falta de um maior detalhamento dos prazos e das metas a serem alcançadas. Diz qual é o Plano, mas não diz quando é que será feito. Só tem o detalhamento quando é conveniente. Sugiro que esses pontos sejam minuciosamente esclarecidos", afirmou Mozart Estrela.

O presidente do Conselho Municipal da Saúde, Marco Antonio Sampaio, o integrante do Projeto Cidadão Participativo, Joaquim Laranjeira, o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-BA), Daniel Colina, entre outros representantes da sociedade civil organizada, sugeriram uma abertura ainda maior para a participação popular e cobraram mais debates acerca do regimento das audiências para discutir o PDDU.

## Caráter democrático

O presidente do Legislativo Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB), que conduziu o primeiro debate, ressaltou as ações realizadas para ampliar a participação popular, a exemplo da ampla divulgação nos meios de comunicação e da transmissão ao vivo pela TV Câmara.

O "caráter democrático" do debate sobre o PDDU também foi destacado pelo secretário municipal de Urbanismo, Silvio Pinheiro. "Foram realizadas oficinas nos bairros, além da participação de especialistas internacionais e do Conselho Municipal na construção do projeto. O que não impede do projeto ser aperfeiçoado. A minuta está aberta. Mas, não tenho dúvidas em falar que é o Plano Diretor com maior participação popular do Brasil", afirmou.

## Debate técnico

O especialista em arquitetura, Marcos Galindo, fez uma apresentação e ressaltou alguns pontos aos quais o PDDU deve atender. "Esperamos a eficácia do plano diretor sendo útil para gestores públicos, agentes econômicos, comunidade científica, sociedade civil e o cidadão", elencou.

Segundo o arquiteto, a prefeitura precisa fazer uma estruturação visando à valorização do desenvolvimento urbano da cidade. Essa é a primeira audiência pública realizada pela Câmara Municipal para discutir o Plano desde que chegou à Câmara no mês passado.

Arquiteta com mestrado em urbanismo pela Universidade Federal da Bahia, Tânia Scofield Almeida acredita que o PDDU deve "inverter a lógica de investimentos que existe atualmente". Para a especialista, uma prioridade deve ser dada à questão do transporte coletivo e da mobilidade urbana em Salvador.

## Legisladores

Do total de 43 vereadores da Casa Legislativa, 28 participaram da primeira audiência pública para discutir o PDDU. O presidente da Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente da Câmara, vereador Arnando Lessa (PT), leu o regimento e afirmou "esperar a contribuição de todos para o aprimoramento do Plano Diretor" encaminhado pela prefeitura.

Já o presidente da Comissão de Constituição e Justiça, vereador Leo Prates (DEM), alertou para que o Regimento Interno da Câmara não seja desrespeitado no processo de construção do PDDU, "já que é a Carta que norteia as ações do Legislativo".



# CÂMARA MUNICIPAL

## ATA

**69ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 3º PERÍODO LEGISLATIVO DA 17ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DE 2015.**

**PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR.**
**1º SECRETÁRIO: VEREADOR KIKI BISPO**
**2º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA**

Compareceram os Senhores vereadores ALADILCE SOUZA, ALBERTO BRAGA, ALEMÃO, ALFREDO MANGUEIRA, ANA RITA TAVARES, ANTÔNIO MÁRIO, ARNANDO LESSA, ATANÁZIO JÚLIO, BECA, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLAUDIO TINOCO, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, ELIEL, EUVALDO JORGE, EVERALDO AUGUSTO, GERALDO JÚNIOR, GILMAR SANTIAGO, HENRIQUE CARBALLAL, HILTON COELHO, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, J. CARLOS FILHO, JOSÉ TRINDADE, KÁTIA ALVES, KIKI BISPO, LEANDRO GUERRILHA, LÉO PRATES, LUIZ CARLOS DE SOUZA, LUIZ CARLOS SUICA, MOISÉS ROCHA, ODIOSVALDO VIGAS, ORLANDO PALHINHA, PAULO CÂMARA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, PEDRINHO PEPÊ, SABÁ, SÍLVIO HUMBERTO, TOINHO CAROLINO, VADO MALASSOMBRADO, VÂNIA GALVÃO e WALDIR PIRES. Havendo número legal, o Senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a leitura e discussão da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrição. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 236/15 da Caixa Econômica Federal, Ofício n. 1.867/15 da Assembleia Legislativa da Bahia e Ofício n. 145/15 do Gabinete do Prefeito, encaminhando autógrafos dos Projetos de Lei n.s 286 e 181/15, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 8.929 e 8.930/15; Mensagem n. 22/15 encaminhando o Projeto de Lei n. 441/15 do Executivo Municipal; Projetos de Lei n.s 439/15 do vereador Eliel, 440 e 444/15 do vereador Paulo Câmara, 442 e 443/15 do vereador Orlando Palhinha, 445/15 da Mesa Executiva, 446/15 da vereadora Vania Galvão, 447/15 do vereador Claudio Tinoco, 448/15 do vereador Geraldo Júnior, 449/15 do vereador Sílvio Humberto, 450/15 do vereador Euvaldo Jorge, 451 e 454/15 do vereador Beca, 452/15 do vereador Moisés Rocha e 453/15 do vereador Duda Sanches; Projetos de Indicação n.s 557/15 do vereador J. Carlos Filho, 558/15 do vereador Leandro Guerrilha e 559 a 576/15 do vereador Duda Sanches; Projeto de Emenda à Lei Orgânica do Município (LOM) n. 7/15 do vereador Everaldo Augusto; Moção n. 63/15 do vereador Gilmar Santiago; e Requerimentos de Urgência Urgentíssima. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, a Senhora Luciana Liberato, representante do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário na Bahia, explicou a luta de sua categoria pelo Projeto de Lei n. 28 e a derrubada do Veto ao seu art. 26, destacando que, além da reposição de perdas inflacionárias, há objetivos maiores, frutos de uma consciência política fortalecida nessa trajetória combativa. Refutou os argumentos contrários do Governo fazendo uma análise sobre o endividamento público, e destacou a importância de o Estado funcionar com servidores mais qualificados. Em seguida, o Senhor Daniel Mota, diretor de Comunicação do Sindicato dos Rodoviários, externou a preocupação da categoria com a violência urbana, mencionando o caso do cobrador alvejado pela manhã, e com a perspectiva de demissão de 30% da categoria após inauguração do Metrô atendendo à linha Lapa-Estação Pirajá, e pediu o apoio dos edis para ambas as situações. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, o vereador Hilton Coelho saudou os trabalhadores do Conselho Tutelar e do Tribunal Regional do Trabalho, criticando o fato de o orçamento público ser usado para especulação bancária enquanto servidores são desatendidos. Pela ordem, o vereador Joceval Rodrigues solicitou inversão de pauta para que se passasse às votações previstas antes do Pinga-Fogo. Havendo consenso entre as Lideranças, o Senhor presidente deferiu o pedido. Dando seguimento aos Comentários à Tribuna Popular, a vereadora Aladilce Souza lamentou a possibilidade de fraude na eleição para o Conselho Tutelar, bem como as injustiças sofridas pelos servidores do Judiciário e pelos rodoviários, que vivem sob ameaça de demissão por conta das inovações nos transportes da Cidade, sobre o quê, pediu atenção da Comissão de Transportes da Casa. Em comunicação inadiável, o vereador Moisés Rocha pediu que a TV Câmara cobrisse evento sobre o samba que acontecia no Centro de Cultura, no que foi atendido pelo Senhor presidente. Em comunicação inadiável, o vereador Gilmar Santiago sugeriu a reformulação da eleição para o Conselho Tutelar e informou a suspensão judicial das obras do empreendimento La Vue. O vereador Antônio Mário ressaltou a vulnerabilidade dos rodoviários e desejou que eles fossem mais bem assistidos, tanto no que diz respeito à segurança quanto ao tempo de descanso e à absorção de profissionais acima de 40 anos. Além disso, registrou o Dia da Bíblia, comemorado no dia anterior. Pela ordem, o vereador Hilton Coelho criticou o processo eleitoral do Conselho Tutelar, mencionando manifestação da categoria havida na sexta-feira. O vereador Sílvio Humberto solidarizou-se com os conselheiros e ressaltou a importância de investigação dos indícios de fraude no processo eleitoral. Em seguida, desejou que a luta dos servidores da Justiça chegasse a um bom termo, ressaltando a importância da categoria, bem como a luta dos rodoviários, lembrando a necessidade de haver integração no sistema de transporte da Cidade sem que, no entanto, houvesse demissões. O vereador Luiz Carlos Suica parabenizou o orador que representou os rodoviários e criticou as ações contra a Presidente da República, observando que o ex-governador de Minas Gerais, Aécio Neves, teve as Contas rejeitadas, o que lhe retirava a legitimidade para contestar a Presidente. Além disso, criticou o uso da máquina pública municipal para promover pessoalmente secretários. O vereador J. Carlos Filho explicou as modificações no trecho Pirajá-Lapa que ameaçam ocasionar a demissão dos trabalhadores nele atuantes, e pediu apoio a esses trabalhadores. Passando-se à **Ordem do Dia**, após acordo para inversão de pauta, foi apreciado o Projeto de Lei n. 326/15, que recebeu Parecer favorável da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização em Plenário, tendo sido aprovado no âmbito da Comissão, contra o voto da vereadora Aladilce Souza que, ao discutir, criticou o fato de nele não haver preocupação com o vínculo familiar das crianças e opinou sobre a destinação dos recursos a serem aplicados, afirmando que eles deveriam servir ao fortalecimento de políticas públicas para educação e assistência social. Em 2ª discussão, o Projeto foi aprovado artigo por artigo e, em 3ª discussão, foi apresentada Emenda, que recebeu Parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pela aprovação, tendo o vereador Léo Prates, na oportunidade, destacado a contribuição do vereador Everaldo Augusto com a apresentação de Emendas no âmbito da CCJ. Colhendo-se os votos, a Emenda foi aprovada nas Comissões, com a abstenção da vereadora Aladilce Souza. Em 3º discussão, o vereador Hilton Coelho inicialmente reforçou haver indícios de fraude na eleição para o Conselho Tutelar. Em seguida, considerou o Projeto salutar para a Cidade e sugeriu a presença de pedagogo no trabalho a ser feito, dizendo recear a futura precarização do serviço e pedindo decreto para evitar isso. Em aparte, o vereador Leandro Guerrilha pediu que secretário observasse essa questão. Também em 3ª discussão, o vereador Everaldo Augusto contou ter elaborado sete Emendas ao Projeto, que foram acatadas. Elogiou o Projeto e disse que ele se relaciona às políticas públicas para as crianças e adolescentes em vulnerabilidade, e contou sobre audiência pública a ser realizada sobre o tema, em 2016. Explicou como funcionaria o mecanismo para o serviço, no qual o Judiciário requisitaria famílias pré-cadastradas, e defendeu a aprovação do Projeto mesmo vendo pontos a se discutirem. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto disse esperar para ver se crianças negras seriam acolhidas por famílias brancas. Em aparte, o vereador Luiz Carlos de Souza observou que o valor a ser recebido permite que também famílias de menor renda possam se disponibilizar. Em aparte, a vereadora Aladilce Souza elogiou o Projeto mas pediu mais critérios e transparência. O orador concluiu lembrando a importância das creches, tendo, pela ordem, associado-se o vereador Leandro Guerrilha. Findas as discussões, o Projeto de Lei n. 326/15 foi votado e aprovado, com Emenda, até a Redação Final. Em apreciação, o Projeto de Lei n. 429/15 também recebeu, em Plenário, Parecer favorável da Comissão de Finanças, tendo sido discutido, votado e aprovado no âmbito das Comissões; em 2ª discussão, artigo por artigo; e em 3ª discussão, até a Redação Final. Na sequência, foi apreciado o Projeto de Lei n. 325/15, que também foi aprovado em 2ª discussão, artigo por artigo. Em 3ª discussão, a vereadora Aladilce Souza informou ter elaborado voto em separado, junto com o vereador Sílvio Humberto, e pronunciou-se criticando a forma burocrática como vem sendo feito o Orçamento, sem a devida mobilização e debates, e o processo de rejeição sistemática de emendas de vereadores na atual gestão, justificado com argumentos subjetivos. No mérito, criticou o fato de o Projeto trazer uma expectativa de decréscimo das receitas próprias, embora fosse previsto aumento das transferências constitucionais. Em aparte, associou-se quanto às emendas o vereador Odiosvaldo Vigas, que, na oportunidade, defendeu o Orçamento impositivo. Também em 3ª discussão, o vereador Hilton Coelho classificou a peça como "Orçamento do Endividamento da Prefeitura", por aumentar sua dívida consolidada, atualmente em mais de 2 bilhões de reais, para mais de 3 bilhões, e torná-la credora de entidades internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial. Além disso, criticou as destinações dos recursos, que serão diminuídos para áreas importantes como Educação. Em aparte, o vereador Sílvio Humberto questionou como subsistiria, neste cenário, o discurso de "andar com as próprias pernas", defendido pela Prefeitura. O orador prosseguiu dizendo que haveria perda para Educação mesmo com o aumento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Em aparte, o vereador Waldir Pires disse estranhar que tivessem havido escassas emendas para uma lei orçamentária, tendo o vereador Hilton Coelho concluído explicando suas Emendas. Em aparte, o vereador Gilmar Santiago disse que não se poderia adentrar mais um ano sem que o prefeito liberasse verbas para os vereadores. O vereador Claudio Tinoco ressaltou a complexidade do Orçamento público e afirmou que ele deve estar atrelado aos planos e compromissos da gestão, apesar de ser possível encaminhar anseios. Comentou sobre o orçamento participativo, mencionando as queixas de que ele não funcionou, pois as deliberações não foram executadas, e registrou o nome dos vereadores que apresentaram Emendas à atual peça. Contou que a vereadora Aladilce Souza quis suplementá-la em 100 milhões, retirando esse recurso da reserva de contingência, ao que não se mostrou favorável, e que não viu a assinatura dela no voto em separado, além de ter registrado sua ausência à reunião da Comissão de Finanças. Disse que o prefeito tirou Salvador da inadimplência e não está endividando a Cidade, mas, investindo nela, e que não tem qualquer objeção a analisar emendas, concluindo dizendo que o Orçamento prevê recursos para encostas e que os vereadores que em breve deixariam a Casa poderiam lutar por benefícios para suas comunidades. Pela ordem, a vereadora Aladilce Souza afirmou que sua assinatura consta no voto, que sua ausência à reunião se deveu à participação em outra reunião e que acompanha todo o processo orçamentário. Por fim, desejou que a Comissão de Finanças uniformizasse o método de avaliação de emendas, sem subjetividade na fundamentação, e lembrou que vereador pode emendar Orçamento em até 100 milhões. Findas as discussões, o Projeto de Lei n. 325/15 foi votado e aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Arnando Lessa, Carlos Muniz, Edvaldo Brito, Everaldo Augusto, Gilmar Santiago, Hilton Coelho, Moisés Rocha, Sílvio Humberto, Vânia Galvão e Waldir Pires. Na sequência, também foram discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Lei n.s 420/15, 422/15, 424/15, 435/15, 436/15, 437/15, 439/15, 440/15 e 442/15; e, após aprovadas urgências urgentíssimas e Pareceres em Plenário, os Projetos de Lei n.s 445/15 e 452/15. Foram ainda discutidos, votados e aprovados, até a Redação Final, os Projetos de Resolução n.s 74/15, 75/15, 76/15 e 78/15; e discutidos, votados e aprovados a Moção n. 62/15 e o Requerimento n. 225/15. Em comunicação inadiável, a vereadora Vânia Galvão lamentou o encerramento do ano legislativo sem a apreciação do Projeto sobre o ex-vereador Zezéu Ribeiro. No **Pinga-Fogo**, o vereador Luiz Carlos Suica fez um balanço do ano, considerando não ter sido ele tão produtivo quanto os dois anteriores. Elogiou o Governo Federal e rechaçou o que chamou de "golpe" contra a Presidente, e observou que 2016 seria um ano de disputa pela Prefeitura, dizendo esperar que ela fosse justa. Pela ordem, o vereador Léo Prates recusou o termo "golpe" e disse que alguns falavam em *impeachment* do prefeito. O vereador Carlos Muniz contou que, na eleição para o Conselho Tutelar, as cédulas não foram assinadas por juiz, ficando tudo a cargo da Secretaria responsável. Contou ainda que as urnas não eram invioláveis, que pessoas ti-

veram o direito ao voto negado, que não havia critérios uniformes e que uma pessoa que disputava a eleição atuara na apuração, razões pelas quais pediu a anulação do pleito. O vereador Moisés Rocha disse que a eleição era, no mínimo, desorganizada. Em aparte, o vereador Luiz Carlos de Souza disse não haver comprovação de fraude na eleição e questionou acusação que teria sido feita pelo orador. O vereador Moisés Rocha explicou não haver acusado qualquer instituição. Em seguida, sucederam-se diversas manifestações pela ordem, algumas acusando o secretário Bruno Reis, outras o defendendo, e mais algumas com sugestões para o Conselho Tutelar. Em comunicação inadiável, a vereadora Aladilce Souza criticou a postura partidarizada do vereador licenciado Tiago Correia no exercício da Presidência da Limpurb, contando que ele não atendeu ao horário de uma reunião. Em seguida, procedeu-se à leitura da Ata de encerramento do período legislativo e, nada mais havendo, o Senhor presidente declarou encerrada a Sessão. REGISTROS: registros dos vereadores Geraldo Júnior, Henrique Carballal e Léo Prates.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO

# EXPEDIENTE DA MESA DIRETORA

**ATO Nº 1.532/2015 – A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, no uso de suas atribuições,

**RESOLVE**

Nomear, para o cargo de **Analista Legislativo Municipal**, a candidata abaixo relacionada, habilitada em Concurso Público, homologado através do Edital do Resultado Final nº 18/2011, publicado no D.O.L. de 16/08/2011, em conformidade com o Edital de Convocação nº 37/2015, publicado no D.O.L. de 12/08/2015, a partir de 16 de dezembro de 2015:

**Área de Qualificação: TAQUIGRAFIA**

| Nº CADASTRO | NOME | DOC.IDENT. | N. FINAL | CLASSIF |
|---|---|---|---|---|
| 6.147 | SILVANA CURVELLO DE CERQUEIRA CAMPOS | 0837370655 | 90.90 | 03 |

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**, 16 de dezembro de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

CLISTENES BISPO
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

# EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

**PORTARIA Nº 029/2015 – O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR,** no uso de suas atribuições,

**RESOLVE**:

Designar o servidor **ARNALDO LESSA SILVEIRA**, cad. 2.010, Assistente Técnico da Controladoria Classe FC 30, para, cumulativamente com a função que exerce, substituir o servidor **RAYMUNDO CARLOS NERY FILHO**, cad. 14.367, no exercício do Cargo em Comissão de Controlador Classe CC-80, durante o impedimento legal do titular, por motivo de gozo de férias, referente ao exercício/2016, no período de 04/01/2016 a 02/02/2016.

**GABINETE DA PRESIDÊNCIA**, 15 de Dezembro de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

# EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**RESUMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

DISPENSA Nº : 61/2015
PROCESSO CMS : 1826/2015
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA : Luiz Roniel Ferreira Guimarães - MEI
CNPJ Nº : 12.580.701/0001-26
OBJETO : Conserto de 09 (nove) aparelhos de Fax com substituição de peças.
VALOR TOTAL : R$ 1.404,00 (um mil quatrocentos e quatro reais)
BASE LEGAL : Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 546/2015
DOT. ORÇAMENTÁRIA : 031.20002.200132 -33.90.39
HOMOLOGAÇÃO : 15/12/2015

DISPENSA Nº : 62/2015
PROCESSO CMS : 2275/2015
CONTRATANTE : CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA : Tecnoclave Assistência Técnica de Equip. Med. Hosp. LTDA - ME
CNPJ Nº : 09.209.970/0001-76
OBJETO : Aquisição de aparelho Autoclave 21 litros, cuba de inox.
VALOR TOTAL : R$ 4.390,00 (quatro mil trezentos e noventa reais)
BASE LEGAL : Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Parecer da Procuradoria Jurídica de nº 548/2015
DOT. ORÇAMENTÁRIA : 031.20002.200132 -44.90.52
HOMOLOGAÇÃO : 15/12/2015

# EXPEDIENTE DA DIRETORA LEGISLATIVA

## PARECERES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

**EXTRATO DE PARECERES DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

| PROPOSIÇÃO | AUTOR | EMENTA | RELATOR | PARECER |
|---|---|---|---|---|
| PIN-540/2015 | Vania Galvão | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, a construção de um Multicentro de Saúde no bairro de Paripe. | Leo Prates | FAVORÁVEL |
| PIN-541/2015 | J. Carlos Filho | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, a inclusão de uma área específica para cães, na Praça do Imbuí, denominada como Pet Play, para suprir a necessidade dos moradores do bairro. | Leo Prates | FAVORÁVEL |
| PIN-543/2015 | Cátia Rodrigues | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, que através da Secretaria Municipal da Fazenda conceda isenção, no exercício de 2016, ao termo de viabilidade de localização aos novos Micro Empreendedores Individuais- MEI. | Leo Prates | FAVORÁVEL |
| PIN-544/2015 | Orlando Palhinha | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, projeto para implantação do Estudo Bíblico Interdisciplinar na grade curricular das escolas públicas municipais e as particulares no Município de Salvador. | Leo Prates | FAVORÁVEL |
| PIN-545/2014 | C.E.D.I | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, estudo de viabilidade para instituição do ISS Progressivo em benefício dos microempreendedores individuais, microempresa e empresas de pequeno porte. | Geraldo Júnior | FAVORÁVEL |
| PIN-546/2015 | C.E.D.I | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, estudo de viabilidade para instituição do ISS Tecnológico. | Geraldo Júnior | FAVORÁVEL |
| PIN-547/2015 | C.E.D.I | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, a regulamentação de zonas fixas na Av. Sete de Setembro para o exercício da venda ambulante no Município de Salvador. | Geraldo Júnior | FAVORÁVEL |
| PIN-551/2015 | Luiz Carlos | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, a execução do Programa Morar Melhor no bairro de Jardim Nova Esperança. | Leo Prates | FAVORÁVEL COM EMENDA |
| PIN-552/2015 | Luiz Carlos | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, a execução do Programa Morar Melhor no bairro de Santa Cruz. | Leo Prates | FAVORÁVEL |
| PIN-553/2015 | Luiz Carlos | Indica ao Exmo. Sr. Prefeito, a construção de uma praça esportiva contendo um campo de futebol com pista de atletismo ,em dimensões oficiais, no bairro de Cajazeiras. | Leo Prates | FAVORÁVEL |

# EXPEDIENTE FUNDAÇÃO COSME DE FARIAS

**ATO Nº. 49/2015**

"*Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2015, no âmbito da Fundação Cosme de Farias, e dá outras providências*".

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR**, no uso de suas atribuições e tendo em vista a necessidade de elaboração do Balanço Geral e da Prestação de Contas Anual do Município, conforme estabelecido no art. 172 da Lei Orgânica do Município e, ainda, considerando os dispositivos da Lei Complementar Federal nº 101 de 04 de maio de 2.000 que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal,

**R E S O L V E:**

**Art. 1º** - Para fins de encerramento do exercício financeiro de 2015 e levantamento do Balanço Geral do Município, a Fundação Cosme de Farias - **FCF** observará as normas orçamentárias, financeiras, patrimoniais e contábeis vigentes e as disposições deste Ato.

**Art. 2º** - Na execução orçamentária do corrente exercício financeiro, as despesas somente poderão ser empenhadas até o dia 21 de dezembro de 2015, inclusive as NE complementares aos empenhos estimativos e globais, excetuando-se os casos relativos a pessoal e encargos sociais.

§ 1º - Os saldos dos empenhos, por estimativa e global, que excederem a competência do exercício serão anulados.

§ 2º - As despesas contratadas durante o exercício de 2015 e cuja realização dar-se-á no exercício de 2016, afetarão o orçamento do exercício em que está sendo realizada.

**Art. 3º** - A liquidação da despesa será efetuada até o dia 22 de dezembro de 2015, excetuando-se os casos relativos a pessoal e encargos sociais.

**Art. 4º** - O pagamento das despesas pela FCF deverá ser efetuado até o dia 28 de dezembro de 2015

**Parágrafo Único** – A Diretoria Executiva da FCF anulará as ordens bancárias e os cheques emitidos que não forem pagos em tempo hábil para o seu processamento dentro do exercício financeiro.

**Art. 5º** - As despesas empenhadas e não liquidadas ou os seus respectivos saldos, cujas obrigações correspondentes forem consideradas insubsistentes, deverão ser canceladas até 31 de dezembro, anulando-se as respectivas Notas de Empenho. Se subsistentes, deverão ser inscritas em Restos a Pagar. Entendem-se como subsistentes os empenhos emitidos de acordo com a legislação específica em vigor.

**Art. 6º** - Serão inscritas em Restos a Pagar, as despesas legalmente empenhadas e não pagas, distinguindo-se as processadas das não processadas.

**Parágrafo Único** – Não deverão ser contraídas obrigações de despesas que não possam ser integralmente pagas dentro do exercício financeiro ou que devam ser inscritas em Restos a Pagar sem que haja disponibilidade suficiente de caixa, para cumprimento ao que disciplina o art. 42 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 7º** - A Diretoria Executiva da FCF encaminhará à Controladoria Geral do Município, até o dia 30 de janeiro de 2016, os relatórios necessários à elaboração e consolidação do Balanço Geral do Município.

**Art. 8º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º –** Ficam revogadas as disposições em contrário.

Salvador, 11 de dezembro de 2015

**PAULO CÂMARA**
**Presidente**

O Memorial está aberto à visitação pública e gratuita
de segunda a sexta, das 9h às 12h e das 14h às 17h.



Acesse o Portal da Câmara Municipal de Salvador

www.cms.ba.gov.br

www.twitter.com/camarasalvador

www.facebook.com/camaradesalvador

# Paulo Câmara comemora redução em até 70% do IPTU de clubes

***Prefeito ACM Neto assinou o decreto aprovado pelos vereadores no dia 9 de dezembro***

Fotos: Antonio Queirós




*Presidente Paulo Câmara participou da assinatura do decreto na terça-feira (15)*

O presidente da Câmara Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB), participou na tarde de terça-feira (15), no Palácio Thomé de Souza, da coletiva de imprensa realizada pelo prefeito ACM Neto para a assinatura do decreto que reduz em até 70% o valor do IPTU dos clubes sociais e recreativos, de regatas e das agremiações e clubes de caráter desportivo e de futebol.

Na ocasião, o presidente do Legislativo Municipal destacou a decisão do prefeito por agir na contramão da crise econômica nacional, com a renúncia de arrecadação. "Hoje é um dia de muita emoção, pois preserva a família e a vida social. A palavra que define a atitude do prefeito ACM Neto é coragem e quem ganha é a cidade de Salvador", frisou o presidente.

Na coletiva, o prefeito informou ainda que será ampliado para 2016 o prazo do desconto de 10% do IPTU para contribuintes que atualizaram dados cadastrais em 2013, assim como a prorrogação da isenção da cobrança para imóveis com valor venal corrigido de até R$88 mil.

Na ocasião, o prefeito também assinou outro decreto, prorrogando o prazo para adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), que venceria no dia 15, para o próximo dia 30.

Em sua fala, o prefeito elogiou o comprometimento da Câmara Municipal para com a cidade. "Agradeço ao presidente Paulo Câmara como representante maior da Casa Legislativa. Nesses três anos, não houve um momento sequer que a Câmara tivesse faltado com a cidade do Salvador. Todos os projetos importantes enviados à Câmara Municipal tiveram o seu cuidadoso exame, com emendas e alterações sugeridas pelo Legislativo", ressaltou o prefeito.

## Projeto

Na Câmara, o projeto do Executivo (nº 397/15) foi aprovado pelos vereadores na sessão ordinária do último dia 9. De acordo com a mensagem enviada pelo prefeito ACM Neto à Casa, a redução visa estimular a prática de esportes, aproveitando a proximidade da realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Serão beneficiados os clubes que não possuam fins lucrativos, sejam declarados de utilidade pública e que comprovem ter firmado parceria com o Município, disponibilizando suas dependências e equipamentos para projetos culturais e esportivos promovidos pela prefeitura.

De acordo com a prefeitura, o impacto financeiro em decorrência da renúncia na arrecadação será de pouco mais de R$ 5 milhões. Esse valor deve ser compensado com medidas de incremento de receitas, através do lançamento e cobrança da diferença do imposto, decorrentes da conclusão dos processos de impugnação e mediante redução de despesas consignadas no orçamento municipal.

Além do prefeito ACM Neto e do presidente Paulo Câmara, participaram da coletiva a vice-prefeita Célia Sacramento, secretários, vereadores e representantes de clubes de Salvador.



# Fundo Municipal do Idoso é aprovado na Câmara

***Vereador Everaldo Augusto destaca rede de proteção criada para auxiliar abrigos do Município***

A Câmara Municipal de Salvador aprovou na tarde de segunda-feira (14) o Projeto de Lei que cria o Fundo Municipal da Pessoa Idosa. Relator do Projeto que cria o Fundo Municipal e autor do Projeto de passe livre aos 60 anos, o vereador Everaldo Augusto (PCdoB) teve três emendas aprovadas e falou das suas expectativas.

"Considerando que os idosos até aqui ficaram completamente à margem do planejamento da cidade, a criação do Fundo é de grande relevância social e deve estar voltado para a criação de uma rede de proteção e atendimento ao idoso, inclusive auxiliando os diversos abrigos que vivem à míngua na cidade", destacou.

O vereador ainda salientou que os recursos do Fundo poderão ser otimizados se forem criados espaços institucionais, como uma Superintendência ou Secretaria Municipal do Idoso para elaborar e articular políticas públicas capazes de resgatar a cidadania e garantir conquistas, como o passe livre aos 60 anos no transporte público e o Hospital do Idoso.

Foto: Reginaldo Ipê



*Vereador Everaldo Augusto*